



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ARQUITETURA E URBANISMO: A PRÁTICA DOS ESCRITÓRIOS MODELO

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Autores: Laila Beatriz da Rocha Loddi<sup>1</sup>; Danielle Moreira Lial<sup>2</sup>; Tainara Diniz dos Santos<sup>2</sup>; Edinardo Rodrigues Lucas<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Goiás (UEG); Docente Orientadora do Escritório Modelo PRISMA; Arquitetura e Urbanismo.

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Goiás (UEG); Discentes Integrantes do Escritório Modelo PRISMA; Arquitetura e Urbanismo.

<sup>3</sup>Universidade Federal de Goiás (UFG); Docente Curso Arquitetura e Urbanismo Regional Goiás.

Resumo: O artigo aborda o conceito da Extensão Universitária nas instituições públicas como processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade; contextualiza a extensão em Arquitetura e Urbanismo através dos Escritórios Modelo como espaço para a criação de experiências de partilha entre saberes técnicos e populares; apresenta o conceito de assistência técnica e relata a experiência do Escritório da Universidade Estadual de Goiás, PRISMA – Projetos de Interesse Social e Meio Ambiente.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Arquitetura e Urbanismo, Escritórios Modelo.

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



## 1. Introdução: Extensão Universitária no Brasil

A prática de atividades de extensão universitária no Brasil remonta ao início do século XX, juntamente com a criação das universidades e a consolidação do ensino superior. Suas primeiras manifestações foram cursos e conferências abertas, influência da Inglaterra e dos Estados Unidos. Com o fortalecimento do movimento estudantil no início de 1960, os estudantes organizaram ações culturais e políticas que reconheciam o compromisso social da universidade pública brasileira e contribuíram para a institucionalização da extensão universitária. Instalada a ditadura militar, houveram iniciativas como o Projeto Rondon, que subordinado à política de segurança nacional, propiciava ao universitário brasileiro experiências junto às comunidades rurais, na tentativa de criar espaços para a melhoria das condições de vida da população do meio rural. Nesta década, a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/1968), estabeleceu que “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (NOGUEIRA, 2005).

Com a abertura política houve o fortalecimento da extensão universitária, e a elaboração do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, sob a influência do pensamento de Paulo Freire, definindo a extensão como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular. Nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista (NOGUEIRA, 2005). Na luta pela redemocratização e reconstrução das instituições sociais, foi reelaborada a concepção de Universidade Pública e foram redefinidas as práticas de ensino, pesquisa e extensão, questionando a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a extensão universitária passou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa e se relaciona com os movimentos sociais. A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em novembro de 1987, foi um marco importante na redefinição da extensão universitária, pactuando o conceito de extensão:

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. (FORPROEX, 1987).

A Constituição Brasileira de 1988 afirma a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece a extensão universitária como uma das finalidades da Universidade. Assim sendo, as atuais políticas públicas reafirmam o caráter interdisciplinar da interação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Embora elemento integrante da tríade educacional, juntamente com o ensino e a pesquisa, é notório que a extensão configura historicamente seu pólo mais frágil, não tendo sido objeto de reflexões amplas como o foram o ensino e a pesquisa, que resultaram em sistemas de avaliação da produção científica e da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. Contudo é inegável que este cenário está em transformação: o aumento da visibilidade da extensão nos últimos anos ocorre nas diversas novas ações; publicações; editais para financiamento de projetos e o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, que vem se firmando como um importante fórum deste debate. Ao lado desta maior visibilidade e valorização percebe-se uma transformação no próprio caráter da extensão, que vem procurando superar a dimensão de prestação de serviços assistencialistas, que marcou sua ação por várias décadas, revelando-se como potencial ação emancipatória, tanto das comunidades atendidas quanto das equipes acadêmicas envolvidas.

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

A extensão é uma via de mão-dupla entre a sociedade e a comunidade acadêmica, que encontrará nela a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento. Este fluxo, essa troca de saberes técnicos e populares, proporcionará “a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade” (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2012). Assim, o caminho não é unilateral da universidade para a sociedade, mas há a preocupação com a busca de uma relação de reciprocidade, mutuamente transformadora, em que o saber científico possa se associar ao saber popular, a teoria se associar à prática, em um constante movimento dialético no sentido de potencializar a sua organização política e autonomia. Trata-se da busca de um diálogo que possibilite a formação de cidadãos transformadores da injusta ordem social, econômica e política. É a partir da reflexão crítica sobre a realidade e o posicionamento em um lugar político de dimensão ideológica que reside o poder articulador e transformador da extensão universitária, caracterizado por uma ação comunicativa entre universidade e sociedade, apoiada em um “humanismo científico amoroso” (FREIRE, 2013) que visa a humanização dos homens em busca da sua libertação. Inserida em um contexto de educação popular, a prática extensionista freireana é uma prática da liberdade:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (p.25).

Assim, é evidente o caráter antidialógico do termo “extensão”, cuja etimologia foi amplamente analisada por Paulo Freire, que em seu lugar propunha a comunicação; a troca horizontal; a partilha. Era preciso, já na época da primeira edição deste texto fundamental (em 1968) dilatar a compreensão do que seriam práticas de aproximações entre técnicos e

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

comunidades rurais, e a construção do conhecimento decorrente destes encontros, que deveriam empoderar ambos os lados, e não apenas tratar como receptores passivos os camponeses. “Na medida em que no termo extensão está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista (p.26). E questiona: “Será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro?” (p.26). E é compreendendo a extensão como comunicação que vamos defender os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo como territórios de partilha.

## Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo

No âmbito da formação em Arquitetura e Urbanismo, os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) vêm atuando desde os anos 1990, defendendo a vivência e as práticas dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo durante a graduação, com a finalidade não apenas de complementar a formação universitária, como também de afirmar o compromisso com a realidade social da comunidade onde a universidade está inserida. De acordo com os documentos elaborados pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA), em consonância com as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), o EMAU é uma organização de gestão estudantil, de livre participação a todos os estudantes de Arquitetura e Urbanismo e demais interessados, configurando um espaço de debate e produção aberto a toda sociedade. Desenvolvido para extrapolar a experiência em sala de aula e encontrar formas de vivências e contatos com as comunidades, buscando o diálogo e o intercâmbio de informações de maneira horizontal, o EMAU “não propõe a realização de projetos prontos e acabados, mas sim uma ação compartilhada e flexível, tendo a arquitetura vivida como processo” (trecho do POEMA – Projeto de Orientação aos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo; documento elaborado por uma série de gerações de estudantes de arquitetura, atualizado e concluído em 2007. Disponível em: <http://www.fenea.org/poema>).

O POEMA - Projeto de Orientação aos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo – é um projeto que localiza a atuação política dos EMAUs, com foco na

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

formação crítica e comprometida socialmente, com forte apelo à função social da arquitetura. Historicamente, a atuação do arquiteto está voltada às elites, sendo que grande parte da população desconhece a ação dos arquitetos, e a abrangência da profissão. Para problematizar esta elitização da profissão ainda durante a formação, os EMAUs procuram se envolver com as dinâmicas sociais responsáveis pela construção do espaço urbano, desenvolvendo atividades que tem como foco principal as comunidades de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade. O EMAU enfatiza a necessidade de arquitetos interlocutores, que estabeleçam pontes e sejam mediadores de diálogo entre os diversos agentes urbanos - comunidades, poder público, agentes privados. Arquitetos e arquitetas que atuem não mais sob uma perspectiva glamourizada da profissão, mas que saibam negociar - a partir de diferentes interesses - planos, projetos e ações para uma cidade mais democrática. Nesta outra dimensão, JACQUES (2001) sugere um outro arquiteto, que chama de arquiteto-urbano, como aquele que passaria a intervir nas diferentes urbanidades existentes, organizando fluxos; aquele que seria “o suscitador, o tradutor e o catalisador dos desejos dos habitantes” (p.151). A autora propõe:

Não se trata simplesmente de trocar um tipo de arquiteto por outro, que continuaria a manter o controle total sobre a construção da cidade, mas sim de mudar o modo de atuar na cidade, o próprio papel dos arquitetos. Isso não quer dizer que a população não precisa mais de arquitetos. Ao contrário, significa que os arquitetos também precisam de participação da população para que a cidade seja de fato uma construção coletiva. Esse outro tipo de arquiteto teria um outro papel: promoveria e possibilitaria uma participação efetiva da população (p.151).

Nesta dinâmica de fortalecimento de autonomia, as comunidades não são submetidas a um trabalho de extensão, mas são parceiras em uma ação compartilhada e dialogada, onde as mesmas serão protagonistas na manutenção, transformação ou continuidade da ação, mesmo quando não houver a presença da equipe da Universidade, composta por estudantes, pesquisadores e professores. Não há, assim, uma relação de dependência, mas sim de colaboração.

Dadas as particularidades de cada escola de Arquitetura e Urbanismo, são objetivos do EMAU enquanto um projeto de extensão: a qualidade de vida das populações

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

que não tem acesso, ou tem acesso restrito, ao trabalho do arquiteto; a atuação junto à comunidades civis organizadas; a realização de vivências de aprendizagem mútua com as comunidades envolvidas; a realização de atividades acadêmicas com interesse pedagógico, orientada por professores universitários que possuem responsabilidade técnica e legal para os projetos. Os EMAUs não têm fins lucrativos e são uma atividade eminentemente acadêmica com foco na função social da Arquitetura e Urbanismo, buscando conhecer e atender às parcelas mais carentes da sociedade em suas lutas pelo direito à cidade; à terra urbanizada e o direito à moradia. Os EMAUs seguem os postulados da Unesco e da União Internacional de Arquitetos para a educação em Arquitetura e Urbanismo que são: garantir qualidade de vida digna para todos os habitantes dos assentamentos humanos; uso tecnológico que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas dos povos; equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído; arquitetura valorizada como patrimônio e responsabilidade de todos. Representam uma importante dimensão para os processos participativos necessários para a consolidação de um novo modelo de desenvolvimento urbano.

## **Assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo: por direito à cidade**

Nas cidades brasileiras - injustas desde as suas origens – é grande o desafio de qualificar os espaços de moradia para que sejam lugares do desenvolvimento humano, espaço de trocas e vivência cuja relação estreita com os demais espaços citadinos pode dar vida à urbanidade. Daí a importância de estudar os processos históricos com ênfase na Arquitetura e no Urbanismo a fim de desenvolver alternativas na produção de espaços urbanos qualificados para viver.

Ao passo que a Constituição Brasileira de 1988 afirma a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, ressalta também a necessidade da participação popular nas questões relativas às políticas urbanas – essas deveriam, então, não ser mais exclusividade das pranchetas e mesas de gabinetes ou escritórios em uma clara alusão à necessidade da interação entre os usuários e os planejadores.

A Constituição Federal de 1988 consolida o processo de redemocratização do país, municipaliza diversos serviços e ações governamentais e institui a participação popular

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

como fator de extrema importância para a criação, implementação e condução de políticas e programas governamentais. O Movimento pela Reforma Urbana (composto por movimentos sociais e técnicos) conseguiu incluir na constituição os artigos art. 182 e 183 que garantem que o desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Porém poucos instrumentos foram colocados à disposição dos municípios para garantir esses direitos. Assim, as administrações municipais não conseguiram garantir infraestrutura e equipamentos para grande parte da população, criando duas cidades: a cidade legal, provida de serviços e infraestrutura, e a cidade informal periférica e sem acesso aos seus direitos.

No início da década de 1990 algumas administrações municipais mais progressistas conseguiram desenvolver processos interessantes de participação popular na condução de projetos habitacionais, como exemplo, o governo de Luiza Erundina em São Paulo (1989-1992) que decidiu incorporar as Assessorias Técnicas à política oficial de habitação. As chamadas "assessorias técnicas" são grupos interdisciplinares de profissionais, com a predominância de arquitetos, além de engenheiros e técnicos sociais, que atuam conjuntamente com os movimentos de luta por moradia. Sua história remonta à militância desses profissionais nas periferias de São Paulo desde o final dos anos 1970, seja atuando individualmente, pela Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos, pelo nascente Partido dos Trabalhadores ou ainda por Laboratórios Universitários. Dessa ação surgiram boas experiências da relação entre técnicos e movimentos sociais produzindo empreendimentos que trariam, além de qualidade arquitetônica e urbana, processos de formação social e humana para os participantes.

A metodologia utilizada para a concepção de projetos do Grupo Usina (Assessoria Técnica de São Paulo) se dividia em quatro rodadas de discussão: (1) Memórias do morar, que consistia em extrair do futuro morador aspectos ligados a lembrança do que seria um lar; (2) Usos x Espaços, fase mais objetiva que traçava paralelos entre a função e a área de cada cômodo; (3) Plantas na escala 1:10 – nessa fase os apartamentos eram apresentados em plantas com peças de montar podendo ser facilmente modificados; (4) Forma dos

ISBN: 978-85-93416-00-2







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

edifícios e espaços coletivos - na última fase eram decididos a forma e a implantação dos edifícios que criavam praças e espaços de vivência entre eles.

A partir de propostas como essa percebe-se os seguintes avanços: os projetos são debatidos por todos os interessados, há constante interação entre equipes, diluição de hierarquias, participação de profissionais que assim se qualificam, atenuação da divisão entre trabalho intelectual e manual, entre condutores e conduzidos; há submissão do partido técnico, da ideia construtiva de material, às capacidades dos produtores, eliminação de propostas perigosas ao trabalho, de produtos nefastos à saúde, etc.; mistura de tecnologia avançada (estrutura metálica em vários níveis) com procedimentos bastante primitivos por vezes, rompendo com a associação comum entre tais canteiros e pobreza técnica; ganho de área útil construída, pois as associações não visam lucro; projeto arquitetônico de qualidade e específico para os moradores.

A partir de 2001 houve uma série de conquistas urbanas no âmbito legal, citando algumas: o Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001) regulamentou o capítulo da política urbana da Constituição Federal de 1988; a criação do Ministério das Cidades (2003); os processos de participação para a implementação do Planos Diretores (2006); a Lei de Assistência Técnica (lei 11.888/2008) que foi uma conquista para movimentos sociais e de classe (arquitetos e engenheiros) mas que ainda pouco saiu do papel.

A Lei de Assistência Técnica menciona os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo como possível promotor dos serviços de assistência técnica. É necessário lembrar que embora haja uma ebulição no mercado imobiliário de classe média, as cidades brasileiras ainda são em sua maioria formadas de periferias autoconstruídas e precárias, onde não há a presença de profissionais como o arquiteto e urbanista. Ferreira (2011, online) levanta a questão do lugar da Arquitetura e Urbanismo na realidade brasileira:

Pergunta-se: esses desafios – o da construção de casas de qualidade para os que se amontoam em periferias autoconstruídas, o da urbanização dessas periferias com qualidade, integrando-as à cidade “que funciona”, o da estruturação de sistemas de mobilidade urbana democráticos e eficientes, o da provisão generalizada de saneamento ambiental – não deveriam ser os temas prioritários de discussão da arquitetura brasileira?

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Diante desses fatos é necessário compreender a extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo como peça fundamental para a formação de quadros qualificados para, junto às comunidades, enfrentar os desafios e consolidar melhores moradias e, conseqüentemente, melhores cidades.

## **Escritório Modelo PRISMA – UEG: diálogos em construção**

Na Universidade Estadual de Goiás, o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo PRISMA (Projetos de Interesse Social e Meio Ambiente), vem se consolidando desde 2010 como um espaço de reflexão e realização de ações extensionistas socialmente comprometidas, onde o objetivo principal não é simplesmente levar o conhecimento técnico para a população, mas realizar trocas de experiências, em um crescimento mútuo, compartilhado por todos. Desde então já foram realizadas algumas atividades de formação e capacitação, além de ações junto à sociedade, como a aproximação com o sindicato de “pit dogs” de Goiânia, atividade econômica de alimentação que marca a paisagem urbana a partir da ocupação de trailers em espaços públicos. A aproximação se deu a partir da demanda de desenvolvimento de um projeto padrão que atendesse às necessidades dos usuários e funcionários. Foram ainda desenvolvidos projetos de requalificação de espaço externo na UnUCSEH - Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas da UEG - com mobiliários de pallets, projeto paisagístico e pintura mural; edição do FUSCA (Festival Universitário de Seleção de Cinema de Arquitetura); edições do CinePRISMA (exibição de curtas metragens seguida de debate); desenvolvimento do informativo virtual LUPA e do jornal A4.

Em 2015 o Escritório Modelo PRISMA passou por um período de estruturação, através do projeto de extensão “Formação e capacitação em ação extensionista com foco na função social da Arquitetura e Urbanismo”. Coordenado pela professora arquiteta e urbanista Laila Loddi, o objetivo geral do projeto foi a formação e capacitação para o desenvolvimento de ações extensionistas comprometidas socialmente. Entre os principais objetivos estava a realização de um debate aprofundado acerca do tema extensão universitária, visando a construção de ações pautadas no diálogo e na troca de saberes com

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Parceria



Apoio





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

a comunidade. Para isto, foram realizadas atividades de formação, como a RODA – leitura e debate de textos selecionados, abordando temas como reforma urbana e agrária, direito à cidade e direito à moradia. A proposta da RODA é exatamente uma roda de leitura e debate de textos provocativos e fundamentais para a prática extensionista, entre estudantes, professores e comunidade, de maneira horizontal.

Ainda no ano de 2015 os integrantes do PRISMA participaram do Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo - SeNEMAU São Paulo, momento de amadurecimento de questões relativas à extensão através da partilha com outros escritórios de outras escolas do país. O SeNEMAU é um momento onde membros dos EMAUs trocam experiências e aprimoram a proposta de extensão universitária onde a produção é voltada prioritariamente para os assuntos que envolvam a democratização da arquitetura.

O SeNEMAU é um encontro idealizado e promovido pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e vem ocorrendo de forma anual desde 1997, sendo organizado por estudantes envolvidos com os EMAUs, juntamente com os professores orientadores. A programação dos seminários é composta por atividades que promovem uma experiência coletiva de troca e aprendizagem, tais como apresentação dos trabalhos dos escritórios modelos, oficinas práticas, palestras, mesas redondas, vivência e intervenção em espaços da cidade. (Disponível em: <http://www.fenea.org/senemau-1>. Acesso em 12/11/2015).

Outras atividades realizadas pelo projeto de extensão foram: desenvolvimento e publicação do primeiro número da Revista ARESTA, com artigos de estudantes, professores e convidados; revisão e atualização do estatuto do PRISMA; organização e realização do PROSA - I Seminário de Extensão Universitária em Arquitetura e Urbanismo da UEG, evento que aconteceu entre os dias 4 e 6 de novembro de 2015. O evento debateu a extensão com foco na função social da Arquitetura e Urbanismo, através de mesas redondas, palestras e vivências. Foram dias de encontros e debates pelo ideal de uma educação libertadora e transformadora. Nesse momento de partilha, estudantes e

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

professores trocaram experiências e imaginaram uma outra universidade pública; estudantes se fortaleceram como protagonistas de sua formação não só profissional, mas humana e cidadã. Na vivência realizada no Residencial Leblon, conjunto construído através do PMCMV Programa Minha Casa Minha Vida, os estudantes puderam perceber as consequências da falta de projeto dialogado com a comunidade, e ouviram os depoimentos dos moradores, estreitando relações. Na preparação do evento, integrantes do PRISMA participaram de reuniões do CONAMA, Conselho de Associação de Moradores de Anápolis, tecendo contatos que poderão se desdobrar em futuros projetos. O PROSA foi um espaço de afirmação da Universidade Pública como local privilegiado ao saber socialmente comprometido com o desenvolvimento da comunidade. Pela consolidação da extensão como criação de pontes entre a universidade e a sociedade, na partilha de saberes, na luta contra a exclusão social, a extensão se faz um caminho de transformação, como afirma Boaventura de Souza Santos:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”. (SANTOS, 2004, p.8).

## 2. Considerações Finais

Foi baseado no princípio de liberdade na educação que ações como o PROSA, assim como demais ações realizadas pelo PRISMA, passam a significar atualmente uma tentativa de posicionar o pilar da extensão como ponto de suma importância na formação em Arquitetura e Urbanismo, compreendendo a extensão universitária como peça fundamental para a formação de quadros técnicos e cidadãos qualificados para, junto às comunidades, enfrentar os desafios e consolidar melhores cidades. As comunidades não

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

são submetidas a um trabalho de extensão, mas são parceiras em uma ação compartilhada e dialogada, onde as mesmas serão protagonistas na manutenção, transformação ou continuidade da ação, mesmo quando não houver a presença da equipe da Universidade, composta por estudantes, pesquisadores e professores. Não há, assim, uma relação de dependência, mas sim de colaboração.

Assim tem sido nossas práticas: a construção coletiva de novas possibilidades de ensino-aprendizagem começando em nossas ações internas, e como resultado vemos o grupo de estudantes se tornando protagonista de sua formação, enxergando mais um modo de adquirir conhecimento, o qual não se encontra presente somente dentro de um espaço delimitado de um Campus universitário, mas sim um conhecimento passível de ser enriquecido quando se extrapola as fronteiras do espaço acadêmico para alcançar a cidade e sua população.

### 3. Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. 292p.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília: Senado, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: ed. USP, 2008.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil*. Qual o papel da profissão? *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 133.07, Vitruvius, jul. 2011. Disponível: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>. Acesso em 05/10/2015.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus, 2012. Disponível

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>.

Acesso em 23/11/2015.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

SANTOS, Boaventura Souza. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



Apoio

